

“Uso e abuso de benefícios fiscais” são estratégia política que aumenta a despesa

●●● A insistência do Governo em incluir “benefícios fiscais” em todos os Orçamentos de Estado – destinados a diferentes setores da sociedade – tem efeitos perversos porque “podem estar a criar um monstro de despesa para o país, que raramente são revertidos”.

O alerta partiu de Daniel Taborda, professor da Faculdade de Economia de Coimbra, que ontem participou no debate sobre o Orçamento de Estado (OE) 2024, por iniciativa da Câmara Municipal de Coimbra e da consultora Pricewaterhouse Coopers (PwC).

O especialista criticou “o uso e abuso de benefícios fiscais para fazer política” em vez de serem utilizados em determinada conjuntura, apenas como “medidas excecionais e temporais”.



Daniel Taborda, Matilde Lavouras, Catarina Gonçalves e Miguel Castelo Branco no debate sobre o OE2024

Daniel Taborda deu o exemplo dos benefícios tributários do OE 2024 destinados a jovens em início de carreira profissional, referindo-se à isenção do pagamento de IRS por parte dos jovens

no primeiro ano de trabalho, após a conclusão dos estudos, mas continuando ao longo dos quatro anos seguintes, com redução gradual da percentagem.

Por outro lado, Miguel

Castelo Branco, docente da Coimbra Business School, criticou o sistema fiscal em diversos aspetos, destacando o “desrespeito do princípio da legalidade tributária” quando a tributação do

rendimento pessoal “subvaloriza os encargos da vida familiar do contribuinte”, fixando limites máximos de deduções fiscais em despesas como a saúde e educação, tanto mais que, “cada vez mais,

temos pior escola e pior saúde pública”.

Famílias e Estado gastam pelos mesmos serviços

Outra interveniente no debate foi Matilde Lavouras, docente da Faculdade de Direito da UC, observando que as finanças portuguesas têm um problema de “falta de eficiência da despesa”, quando se sabe que as despesas das famílias em bens e serviços públicos aumenta de ano para ano, mas que o Estado também “está a gastar mais, o que quer dizer que está a gastar pior”. Catarina Gonçalves, da PwC, explicou que as finanças do país registam “um peso de despesas muito grande associado aos salários da função pública e pensões que, na administração central, representa 65% do total”. | **António Rosado**

DB-Pedro Ramos